

Desenvolvimento Local, Cidadania e Economia Social na Cidade de Duque de Caxias

Vicente Eudes Veras da Silva – Docente Orientador

UNESA – eudesmat@uol.com.br

Jorge Henrique Costa Barros – Aluno do 3º período
do Curso de Administração da UNESA – henrique10adm@ig.com.br

RESUMO

Independente da nomenclatura ou da metáfora que se utilize, seja cluster, distrito industrial ou ambiente inovador, parece não haver dúvidas de que, qualquer que seja o emprego desses nomes, trata-se de um fenômeno identificado com um sistema social de produção, com menor ou maior complexidade, que se reproduz sobre determinado território. Entende-se aqui, sistema social como um universo de agentes que mantêm interações entre si, estabelecendo padrões de comportamento. Neste sentido, este Trabalho pretende contribuir para o estudo de agrupamentos produtivos que colaborem para o desenvolvimento local, a cidadania e a economia social na Cidade de Duque de Caxias. Para que o Município de Duque de Caxias seja um local privilegiado de integração das políticas públicas, ancoradas em prioridades e projetos discutidos e apoiados pelo conjunto da sociedade foi criado o Plano de Desenvolvimento Integrado de Duque de Caxias – PDI que é, na sua essência, um Plano Estratégico indicativo para o Município, consolidando-se assim, como um conjunto de grandes escolhas que orientarão a construção do futuro de Duque de Caxias num horizonte de longo prazo (2012) e sob condições de incerteza.

Palavras-Chave: Desenvolvimento Local. Cidadania. Economia Social.

1. INTRODUÇÃO

Em anos recentes, tornou-se muito conhecido na literatura da economia regional e da geografia econômica, o sucesso das experiências americanas e européias associadas às aglomerações produtivas especializadas. Isto tem indicado determinada inflexão na trajetória do desenvolvimento industrial, a favor da descentralização produtiva, ao mesmo tempo em que uma confirmação das vantagens oferecidas pelas aglomerações territoriais de atividades econômicas especializadas, já reveladas por Marshall no século XIX na Inglaterra. Ao analisarem essas experiências, pesquisadores e observadores atribuíram inúmeras categorias e nomenclaturas, não necessariamente concorrentes entre si, para representar esses fenômenos, tais como cluster, distrito industrial, ambiente inovador, etc.

Olhando para essas realidades, pesquisadores dos países em desenvolvimento passaram a se convencer de que fenômenos semelhantes poderiam estar ocorrendo também em suas regiões, o que os levou a refletir sobre o assunto, mas apoiados em referências conceituais produzidas para outros contextos. Após algum tempo, a tentativa de transposição de categorias e conceitos, revelados apropriados para as regiões desenvolvidas, parece ter causado o desconforto de serem inapropriados para as regiões menos desenvolvidas, em especial a América Latina, dadas as diferenças culturais e institucionais.

Independente da nomenclatura ou da metáfora que se utilize, seja cluster, distrito industrial ou ambiente inovador, parece não haver dúvidas de que, qualquer que seja o emprego desses nomes, trata-se de um fenômeno identificado com um sistema social de

produção, com menor ou maior complexidade, que se reproduz sobre determinado território. Entende-se aqui, sistema social como um universo de agentes que mantêm interações entre si, estabelecendo padrões de comportamento.

Este Trabalho pretende contribuir para o estudo de agrupamentos produtivos que colaborem para o desenvolvimento local, a cidadania e a economia social na Cidade de Duque de Caxias. Em pesquisa realizada pelo Departamento de Comércio Exterior da Câmara de Comércio e Indústria do Estado do Rio de Janeiro (Caerj), Duque de Caxias foi o município que mais exportou no Estado do Rio de Janeiro em 2006, com US\$ 6,16 bilhões em volume de exportações, e o segundo do Brasil - atrás somente de São Paulo, que exportou US\$ 7,15 bilhões. Segundo a Caerj, o município fluminense superou em 57,39% o resultado de 2005. O saldo comercial do município em 2006 ficou em US\$ 5,65 bilhões.

A Cidade de Duque de Caxias se manteve entre as 10 primeiras no ranking do PIB (Produto Interno Bruto) – conjunto de riquezas produzidas - dos municípios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referente ao ano de 2004. Apesar de descer da 9ª posição no ranking nacional, em 2003, para a 10ª, em 2004, Duque de Caxias, principal pólo de produção de derivados do petróleo do Estado do Rio de Janeiro, teve um ganho de participação relativa no PIB do país: de 0,99% para 1,02% naquele ano. Após terminar o ano de 2003 com PIB de R\$ 15,3 bilhões, Duque de Caxias fechou 2004 com R\$ 17,9 bilhões.

2. UM TERRITÓRIO INOVADOR

O ambiente, segundo Maillat (1995:41), é definido como um território aberto para o exterior, o qual integra conhecimentos, regras e um capital relacional, ligado a uma coletividade de atores e de recursos humanos e materiais. O ambiente torna-se inovador quando é um lugar de processos de ajustamentos, de transformações e de evoluções permanentes. Esses processos são acionados por uma lógica de interação entre atores e agentes e a sua dinâmica de aprendizagem. A primeira é determinada pela capacidade dos atores e agentes intervenientes de cooperarem/competirem entre si, e de criarem relações de interdependência sinérgica, especialmente com redes de inovação. A segunda manifesta a capacidade dos atores e agentes modificarem o seu comportamento, combinando a sua experiência acumulada com a absorção de conhecimentos e tecnologias procedentes das transformações do ambiente externo. O corolário dessa interpretação é que a política pública de desenvolvimento territorial deve orientar-se para gerar desafios na busca de vantagens competitivas e na incorporação de tecnologia de ponta com base na mobilização dos recursos específicos e da própria capacidade de inovação de cada localidade, implicando participação ativa de atores e agentes sociais envolvidos no processo.

A definição de cluster para Rosenfeld (1996) apreende uma concentração geográfica de empresas interdependentes, ligadas entre si por transações comerciais, diálogo e formas de comunicação, que se beneficiam das mesmas oportunidades e enfrentam os mesmo problemas. Lagendijk (1999:22-23), por outro lado, argumenta que um cluster pode ampliar a sua participação no mercado externo em razão da competitividade, entendida pela introdução de inovações e adoção de melhores práticas; especialização em atividades econômicas relacionadas; e identidade espacial dos atores e agentes com o meio exterior.

A abordagem de Porter (1999), por sua vez, indica que o desenvolvimento das vantagens competitivas de um cluster se encontra relacionado à introdução de inovações de processos e produto, ao aumento da produtividade das empresas e ao estímulo para a formação de novas empresas, ou seja, à capacidade de diferenciação ou inovação das empresas, decorrentes de processos cumulativos, investimentos realizados e do processo de aprendizagem. Adicionalmente, as vantagens competitivas das localidades são definidas pela qualidade do ambiente que essa localidade proporciona para a consecução de níveis elevados

e crescentes de produtividade de uma determinada atividade econômica. Assim, esse autor relaciona quatro condicionantes às fontes de vantagem competitiva da localização:

- *Condições de fatores* – posição quanto à qualidade, especialização e custo dos fatores de produção, como por exemplo, a disponibilidade de mão-de-obra qualificada e infraestrutura, necessários para competir num determinado setor;
- *Condições de demanda* – natureza da demanda para os produtos ou serviços do setor, destacando a importância de consumidores exigentes e sofisticados;
- *Setores correlatos e de apoio* – presença de setores fornecedores e outros correlatos, que sejam internacionalmente competitivos; e
- *Contexto para a estratégia e rivalidade das empresas* – condições predominantes que encorajam formas apropriadas de investimento e aprimoramento sustentado. (Porter, 1999: 342).

Por fim, Méndez alerta para a existência de territórios onde o esforço inovador das empresas, ou de um cluster, não se reflete no seu entorno, não assegurando, portanto, um processo de desenvolvimento territorial integrado, nem a incorporação da maior parte de sua população a padrões materiais e/ou de qualidade de vida mais elevados, e/ou preservando o meio ambiente. Ainda, segundo Méndez, podem ser criados

“enclaves de prosperidade ligados a um crescimento espetacular de atividades, que podem ir da agricultura intensiva de exportação a indústria de ponta ou ao turismo, os exemplos conhecidos de dissociação entre uma alta competitividade econômica, frente a um evidente conflito social e ambiental, com uma deficiente organização dos recursos e espaços, onde as contradições associadas à inovação se acentuam”. (Méndez; 2002: 9).

Neste sentido, a caracterização de um território inovador ou de localidade com elevada vantagem competitiva não pode ser efetuada somente sob a ótica econômica e empresarial, mas deve incorporar outros aspectos complementares, tais como:

- Ambiente de relações políticas e sociais que favoreça o desenvolvimento local, permeável à incorporação de práticas sociais incluídas e capazes de romper com inércias herdadas;
- Capital sinérgico, de modo que as redes locais de cooperação, sejam elas formais ou informais, realizem projetos com objetivos comuns, combinados e afinados para impulsionar a adoção de diferentes formas de inovação;
- Governança local, pressupondo que as instituições públicas, locais e regionais, não atuem apenas como protagonistas da inovação e do desenvolvimento territorial, por meio de iniciativas próprias, ou pelo estabelecimento de acordos, mas também garantam à sociedade civil a participação nos processos de informação e decisão; e
- Melhoria na formação de recursos humanos, desde a educação formal à qualificação e reciclagem de empresários e trabalhadores.

3. A ECONOMIA DO DESENVOLVIMENTO

A Economia do Desenvolvimento percebeu a importância para o direcionamento da conformação do espaço capitalista das macrodecisões tomadas por agentes privilegiados, seja pelo Estado ou mesmo pelas unidades produtivas dominantes, entendendo que o funcionamento da economia não pode ser compreendido com base nas decisões dos pequenos agentes ou no “mecanismo de mercado”.

3.1. A ECONOMIA DO DESENVOLVIMENTO DE FRANÇOIS PERROUX

Para François Perroux (1967), o desenvolvimento de sua teoria de pólos de crescimento apontava para o surgimento deste de maneira natural, a partir de um crescimento econômico originado de desequilíbrios e dominação, que ocorrem irregularmente. Perroux é o primeiro a trabalhar com o conceito de macrodecisão definindo-o como uma escolha intencional e economicamente racional de uma unidade dominante que utiliza-se do uso do poder, da força e da coação para tornar compatíveis os comportamentos discordantes. Para isto, fundamenta-se em decisões, cálculos e opções sobre resultados futuros, baseados numa antecipação global das reações dos agentes em curso num meio de impacto e transmissão. Em última instância, portanto, as ações econômicas seriam reflexo de macrodecisões determinadas pela superestrutura, com toda a ação econômica sendo reflexo de uma forma de poder. No específico ao Estado, este seria o agente privilegiado para avaliar e realizar a síntese das inúmeras cadeias de reações provocadas pelas múltiplas decisões.

No peculiar ao território nacional, Perroux acredita que este deve ser entendido enquanto uma combinação de conjuntos relativamente ativos (indústrias motrizes, pólos de indústria e de atividades geograficamente concentradas) e de conjuntos relativamente passivos (indústrias movidas e regiões dependentes dos pólos geograficamente concentrados), com os primeiros induzindo nos segundos o fenômenos de crescimento.

Assim, o efeito de dominação exercido por determinada unidade não é somente função da sua dimensão ou força contratual mas, também, do seu enquadramento na zona ativa, refletindo a natureza da sua atividade no conjunto. Portanto, as empresas que se enquadram nas zonas ativas formada pelo conjunto das atividades de investimento acham-se aptas, caso preencham as condições necessárias, a desenvolverem um efeito de dominação por intermédio da força contratual, da dimensão e da natureza da atividade.

Neste ponto, todavia, torna-se importante destacar que Perroux é bem claro ao afirmar que a noção de pólo de desenvolvimento só tem valor a partir do momento em que este se torna um instrumento de análise rigoroso e um meio de ação política.

Desta forma, na sua concepção, o crescimento e o desenvolvimento de um conjunto de territórios e populações só serão conseguidos através da coordenação/arbitragem consciente pelo Estado dos meios de propagação dos efeitos do pólo de desenvolvimento, que através das empresas líderes e das indústrias motrizes acabariam por impactar a dinâmica econômica de outras regiões e de outras indústrias através da geração de economias externas, inovações, e uma “atmosfera” apropriada para o crescimento.

3.2. A ECONOMIA DO DESENVOLVIMENTO DE GUNNAR MYRDAL

Gunnar Myrdal (1986), por intermédio do seu princípio da causação circular cumulativa, segue na mesma direção refutando a tese de que a economia se move espontaneamente entre forças na direção de um estado de equilíbrio.

Pelo contrário, as forças do sistema tendem a reforçar o impulso inicial afastando o sistema da situação de equilíbrio. Assim, enquanto o processo cumulativo não for controlado, as desigualdades regionais tendem a se alastrar, inclusive pela gestação de “efeitos regressivos” oriundos da região dinâmica sobre a região periférica ao captar desta seus principais fatores.

Para Myrdal, portanto, nos países subdesenvolvidos é vital a implantação de uma política nacional de desenvolvimento conduzida pelo Estado que de maneira nenhuma seja construída sob os termos da relação custo/lucro privado. O Estado, por intermédio das políticas públicas, deve intervir controlando os “efeitos regressivos” e promovendo a gestação de “efeitos propulsores” para que todo o processo virtuoso de crescimento de uma região seja transmitida para a região periférica, desse modo, promovendo uma distribuição mais equitativa do desenvolvimento no espaço. Deve-se deixar claro que, para o autor, o

planejamento estatal não tolhe as iniciativas privadas, pelo contrário, abre-lhes mais espaço de atuação.

3.3. A ECONOMIA DO DESENVOLVIMENTO DE ALBERT HIRSCHMAN

Albert Hirschman (1986) afirma que o maior desafio é fazer com que o efeito polarização não prevaleça sobre o efeito fluência de modo a garantir um desenvolvimento mais homogêneo no espaço. Assim, o planejamento estatal aparece como mecanismo fundamental de correção das desigualdades locais e regionais.

Contudo, lança uma advertência. A preocupação em corrigir desequilíbrios pelo planejamento, sob pretexto de manter o crescimento equilibrado, pode destruir importantes mecanismos de crescimento que são o efeito indução e sinalização de mercado.

Hirschman contesta o desenvolvimento através de um grande impulso. Defende uma estratégia planejada de desenvolvimento para regiões deprimidas mediante investimentos em setores específicos, sinalizando para os agentes locais e regionais os elos não preenchidos da cadeia produtiva que podem ser ocupados pelas, supostas, reservas ocultas de força de trabalho, poupança e capacidade empresarial. Na sua hipótese o investimento ou incentivo, pelo Estado, ao desenvolvimento das indústrias motrizes geram efeitos encadeadores, tanto nos elos retroativos quanto nos prospectivos da cadeia produtiva. Contudo, é enfático ao destacar que os empresários potenciais somente se lançam em novos empreendimentos sob condições especiais, altas taxas de lucro ou por esforços concentrados e dirigidos.

4. A NOVA GEOGRAFIA ECONÔMICA DE PAUL KRUGMAN

Paul Krugman (1999) elaborou umas das abordagens mais influentes na análise dos APL's, constituída por diversos espectros, destacando-se o axioma da “mão-invisível” de Adam Smith, os custos de transporte da Teoria Neoclássica da Localização, as externalidades aglomerativas marshallianas e os efeitos de encadeamento e as forças centrípetas e centrífugas da Economia do Desenvolvimento.

Inicialmente, Krugman constatou que, apesar da abordagem da Economia do Desenvolvimento - especialmente a de Perroux e Hirschman - constituir-se no caminho mais promissor para a elaboração de uma teoria acerca da localização industrial, ela carecia de um rigor formal, capaz de traduzir seus conceitos em modelos manipuláveis por estudiosos da geografia econômica. A partir desta constatação, esquematizou uma abordagem “apropriada” ao tratamento da solução deste problema, inserindo a Economia do Desenvolvimento na “corrente principal da economia”.

Krugman relatou que a característica principal da geografia econômica residia na concentração pontual da atividade industrial no espaço, cercada por “periferias” agrícolas. Posto isto, o autor passou a perquirir sobre as forças de ação, no espaço econômico funcional, cujas conseqüências acarretariam a condução dos produtores para uma conformação produtiva aglomerada. Tal configuração resultaria, ao fim e ao cabo, da interação entre fatores de demanda, retornos crescentes de escala, custos de transporte e economias externas locais incidentais.

Assim, ao ter existência real uma conjunção favorável desses fatores, a atividade produtiva, uma vez instalada numa determinada região, tenderia a gerar um campo gravitacional de atração, fomentador de uma concentração cada vez maior de agentes. Este processo seria guiado pela influência da “mão-invisível”, que, ao operar as forças centrípetas e centrífugas e os efeitos de encadeamento, delinearía a *geografia da economia*.

5. O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE DUQUE DE CAXIAS

O Plano de Desenvolvimento Integrado de Duque de Caxias - PDI é, na sua essência, um Plano Estratégico indicativo para o Município. Neste sentido, consolida um conjunto de grandes escolhas que orientarão a construção do futuro de Duque de Caxias num horizonte de longo prazo (2012) e sob condições de incerteza. O desenvolvimento e a análise dos cenários exploratórios de Duque de Caxias deve ser antecedido pelo mapeamento dos chamados condicionantes do futuro. São processos sistêmicos, contínuos ou pontuais, de natureza econômica, político-social, jurídico-institucional, tecnológica e ambiental que têm influência relevante na trajetória do objeto de cenarização. As variáveis condicionantes de futuro consistem em dois itens distintos: os invariantes e as incertezas críticas.

Embora o futuro seja a moradia privilegiada da incerteza, há um conjunto de fenômenos ou situações que já estão postos e, por força da inércia, são de alta previsibilidade num dado horizonte de tempo. Por isso, é preciso considerar, primeiramente, os fatores e fenômenos que permanecem constantes ou são muito previsíveis no horizonte considerado (2006-2016).

A seguir, são apresentados os invariantes, isto é, aqueles pontos que não sofrerão alterações significativas no período, independentemente do cenário descrito. Os invariantes foram divididos em três categorias: os fatores referentes ao âmbito nacional, ao estado e à Região Metropolitana do Rio de Janeiro e ao município de Duque de Caxias.

Invariantes do Brasil

- Reestruturação produtiva da economia brasileira
- Interiorização do desenvolvimento brasileiro
- Interiorização da indústria resultante de economias de aglomeração
- Relevância do setor exportador como indispensável sustentáculo do crescimento do País
- Mudança nas relações de trabalho
- Essencialidade da educação para a competitividade e empregabilidade
- Emergência do combate à pobreza e à violência como questões estratégicas prioritárias no campo social
- Crescentes pressões pela resolução e/ou controle de questões ambientais
- Ampliação das cobranças e exigências da sociedade por resultados

Invariantes do Estado e da Região Metropolitana do Rio de Janeiro

- Manutenção da relevância do segmento petrolífero para a expansão econômica fluminense
- Maior integração das economias dos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro
- Persistência de níveis elevados de desigualdade social
- Persistência de problemas relacionados à habitação, transportes e segurança pública na Região Metropolitana do Rio de Janeiro
- Crescentes pressões pela resolução e/ou controle de questões ambientais

Invariantes de Duque de Caxias

- Manutenção de forte conexão entre as economias de Duque de Caxias e da Região Metropolitana do RJ
- Manutenção da importância dos setores secundário e terciário para a expansão econômica do município
- Manutenção da forte presença da indústria química na estrutura produtiva duque caxiense
- Manutenção da importância do nano, micro e pequeno negócio para a geração de emprego e renda do município
- Persistência de elevados índices de pobreza no Município
- Aumento da população duque caxiense decorrente do crescimento vegetativo, independentemente de fluxo positivo ou negativo de imigração

5.1. INCERTEZAS CRÍTICAS

O “foco” da construção de cenários pode ser definido considerando-se um conjunto de questões que estes deverão procurar responder. São as incertezas críticas no horizonte em estudo que condicionarão o conteúdo dos cenários alternativos. As incertezas críticas consistem em condicionantes do futuro comespecíficas ou estarem agrupadas em uma ou mais incertezas-síntese.

As incertezas críticas que balizarão o futuro de Duque de Caxias estão divididas em duas categorias: os fatores do contexto econômico e os fatores relacionados ao aspecto sócio-ambiental.

5.1.1. Incertezas Críticas Econômicas

A grande incerteza referente ao âmbito econômico diz respeito à seguinte questão:

Quais serão o perfil e a dinâmica do desenvolvimento econômico de Duque de Caxias no horizonte 2006-2016?

Relacionadas a esta, existe um conjunto de outras incertezas que são listadas a seguir:

- Qual será a dinâmica de crescimento econômico nacional no horizonte 2006-2016?
- Qual será o perfil de desenvolvimento econômico fluminense no horizonte 2006-2016?
- Como evoluirá a modernização e expansão da infra-estrutura municipal?
- Qual será a evolução do parque industrial químico com a instalação do pólo Gás-Químico?
- Como evoluirá o parque empresarial não-químico?
- Como se dará o desenvolvimento dos nano, micro e pequenos negócios orientados para o mercado municipal?
- Como se dará a evolução do sistema de ensino profissional e sua articulação com a economia local?

5.1.2. Incertezas Críticas Sócio-Ambientais

A grande incerteza referente ao âmbito sócio-ambiental diz respeito à seguinte questão:

Qual será a capacidade dos agentes públicos e privados em minimizar os desequilíbrios sócio-ambientais de Duque de Caxias no horizonte 2006-2016?

Relacionadas a esta, existe um conjunto de outras incertezas que são listadas a seguir:

- Como evoluirão a expansão da capacidade de investimento e a qualidade da prestação de serviços públicos do Estado?
- Haverá uma efetiva política de desenvolvimento para a Baixada Fluminense orientado pelo Governo do Estado, e em especial para Duque de Caxias?
- Haverá uma atuação significativa e articulada de responsabilidade social das empresas instaladas em Duque de Caxias?
- Como evoluirão a expansão da capacidade de investimento e a qualidade da prestação de serviços públicos do Município?
- Como evoluirá o sistema de ensino e formação profissional no município?
- Como evoluirá a prestação de serviços de saúde no município?
- Como evoluirão os sistemas de saneamento básico, esgotamento sanitário, coleta e destinação de lixo no município?
- Como evoluirão as condições ambientais dentro do município?
- Como evoluirão as condições habitacionais dentro do município?
- Como evoluirá o sistema de transporte público no município?
- Como evoluirá a questão da insegurança pública dentro do município?

6. CENÁRIOS EXPLORATÓRIOS PARA DUQUE DE CAXIAS 2006-2016

Fruto da combinação das hipóteses subseqüentes às incertezas-síntese econômica e sócio-ambiental surgem quatro alternativas (quatro cenários exploratórios) que constituem os cenários do município de Duque de Caxias para o horizonte 2006-2016. Neste trabalho, em particular¹, vamos detalhar o que chamamos aqui de Cenário 1 – Crescimento Diversificado com Inclusão Social.

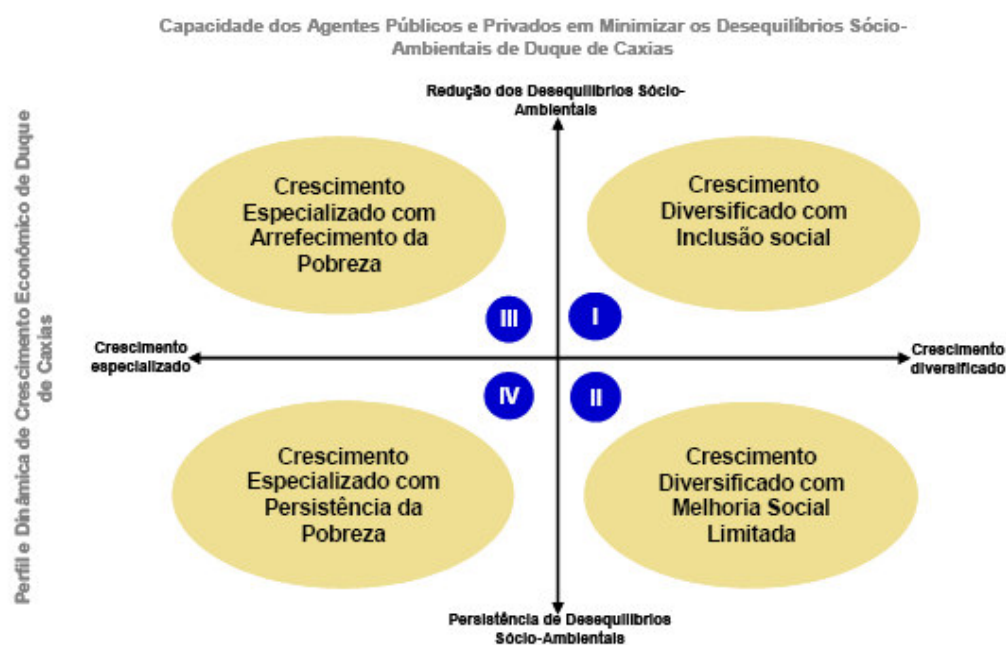


Figura 1: Cenários Exploratórios para Duque de Caxias (2006-2016)

5.1. CENÁRIO 1 – CRESCIMENTO DIVERSIFICADO COM INCLUSÃO SOCIAL

Em um contexto que combina forte crescimento econômico nacional e consistente diversificação da economia fluminense, Duque de Caxias experimenta um ciclo virtuoso caracterizado por elevados níveis de investimentos produtivos e em infra-estrutura dentro do município, atraídos por suas vantagens comparativas.

Com isso, a expansão dos níveis de emprego e renda, combinada a uma melhoria generalizada da capacidade dos atores públicos e privados em reduzir os desequilíbrios sócio-

¹Os demais cenários exploratórios podem ser obtidos em <http://www.duquedecaxias.rj.gov.br/web/media/pdi/duquedecaxias.pdf>.

ambientais, resulta em incremento da qualidade de vida da população duque caxiense, que se vê cada vez mais integrada ao processo de desenvolvimento da cidade.

5.1.1 Forte Crescimento e Diversificação da Economia

A conjuntura externa evolui favoravelmente em relação a Duque de Caxias e o município recebe no período forte volume de investimentos em infra-estrutura, resultando na recuperação e modernização da malha viária local.

Duque de Caxias: Infra-estrutura Cenário 1 - Situação em 2016

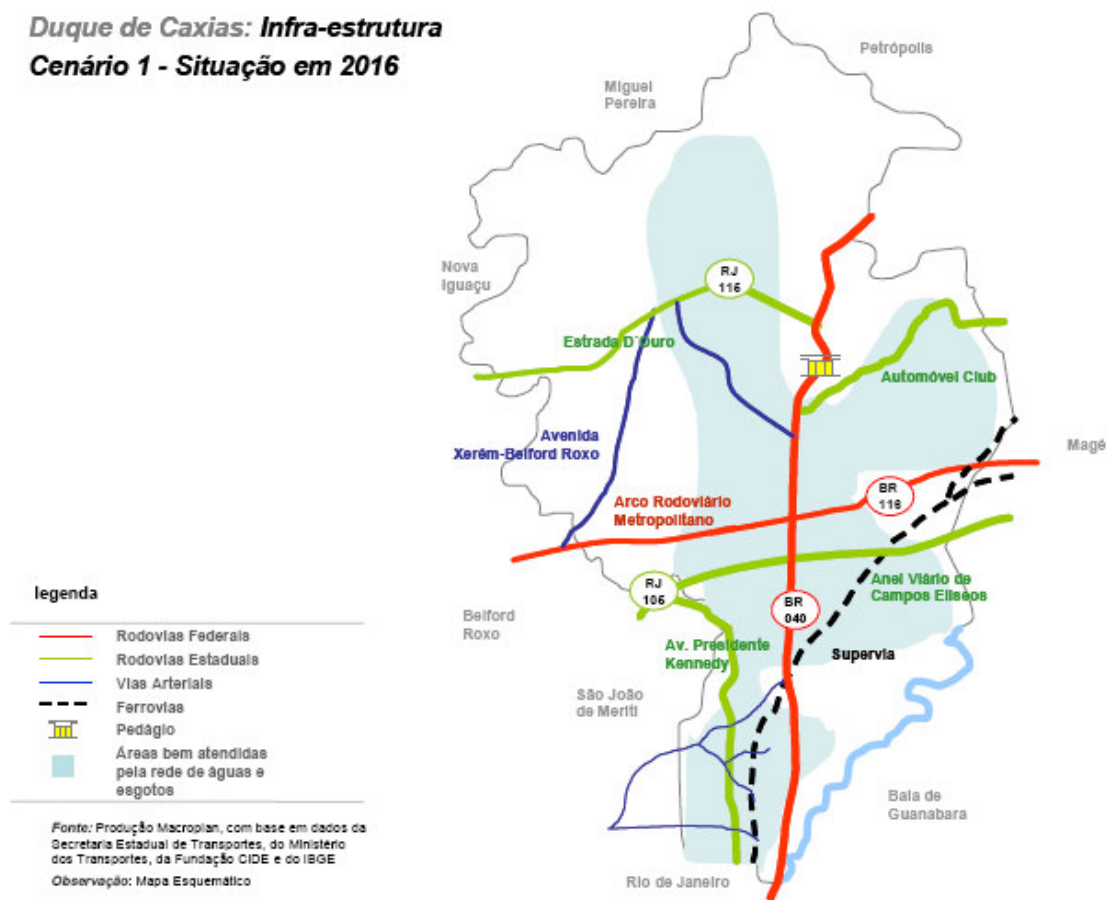


Figura 2: Infra-estrutura para Duque de Caxias (situação em 2016)

Nesse sentido, Duque de Caxias consegue atrair um amplo volume de investimentos produtivos diversificados, que englobam a entrada de um número significativo de plantas petroquímicas de 3ª geração, expansão da capacidade das empresas atualmente instaladas, atração de novas indústrias e adensamento da cadeia produtiva local.

Duque de Caxias: Estrutura Produtiva Cenário 1 - Situação em 2016

legenda

- Gráfica
- Metalurgia
- Alimentos e Bebidas
- Artigos de Plástico
- Vestuário e Têxtil
- Refino de Petróleo / Combustíveis
- Química
- Madeira e Mobiliário
- Automobilística
- Máquinas e equipamentos
- Logística
- Comércio
- Serviço de baixo valor agregado
- Serviços avançados (tecnologia)
- Comércio
- Turismo
- 🐄 Agropecuária

Fonte: Elaboração própria da Macroplan. Base de dados –
Fundação CIDE, IBGE e Tribunal de Contas do Estado do Rio de
Janeiro
Observação: Mapa Esquemático

— O aumento da espessura da borda referente a determinada
atividade significa que a mesma apresentará maior
crescimento do PIB até 2016

— → A existência de novos entrantes para uma dada atividade está
relacionada ao aumento do raio do círculo referente a ela

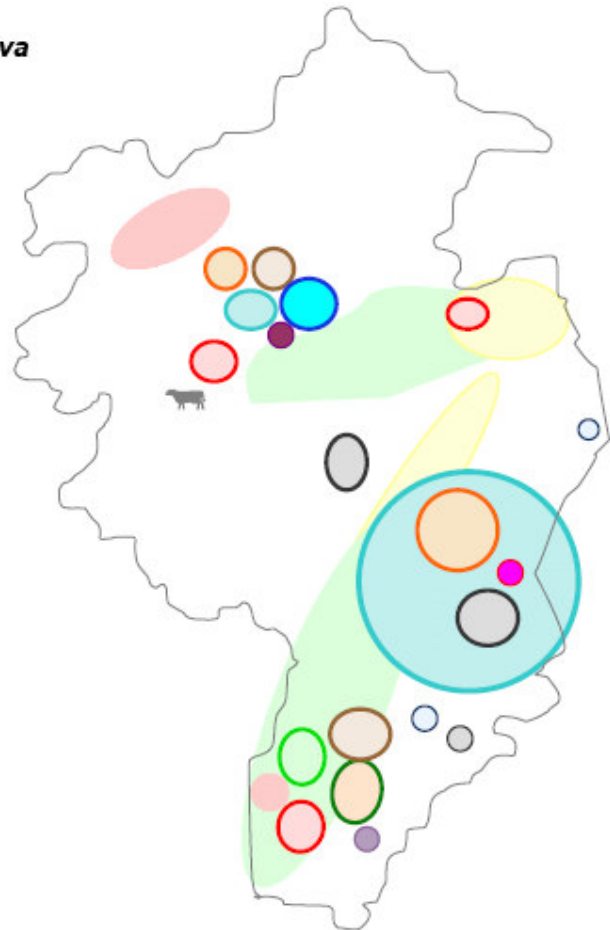


Figura 3: Estrutura Produtiva para Duque de Caxias (Situação em 2016)

5.1.2. Alta Capacidade de Atuação dos Agentes Públicos e Privados com Melhoria da Qualidade de Vida

As esferas de governo estadual e municipal experimentam vigoroso “choque de gestão” no período. Em Duque de Caxias, a melhoria generalizada dos serviços públicos, combinada à expansão dos níveis de emprego e renda decorrentes do crescimento econômico, possibilita significativa redução da pobreza em todo o município.

Duque de Caxias: Situação Social Cenário 1 - Situação em 2016

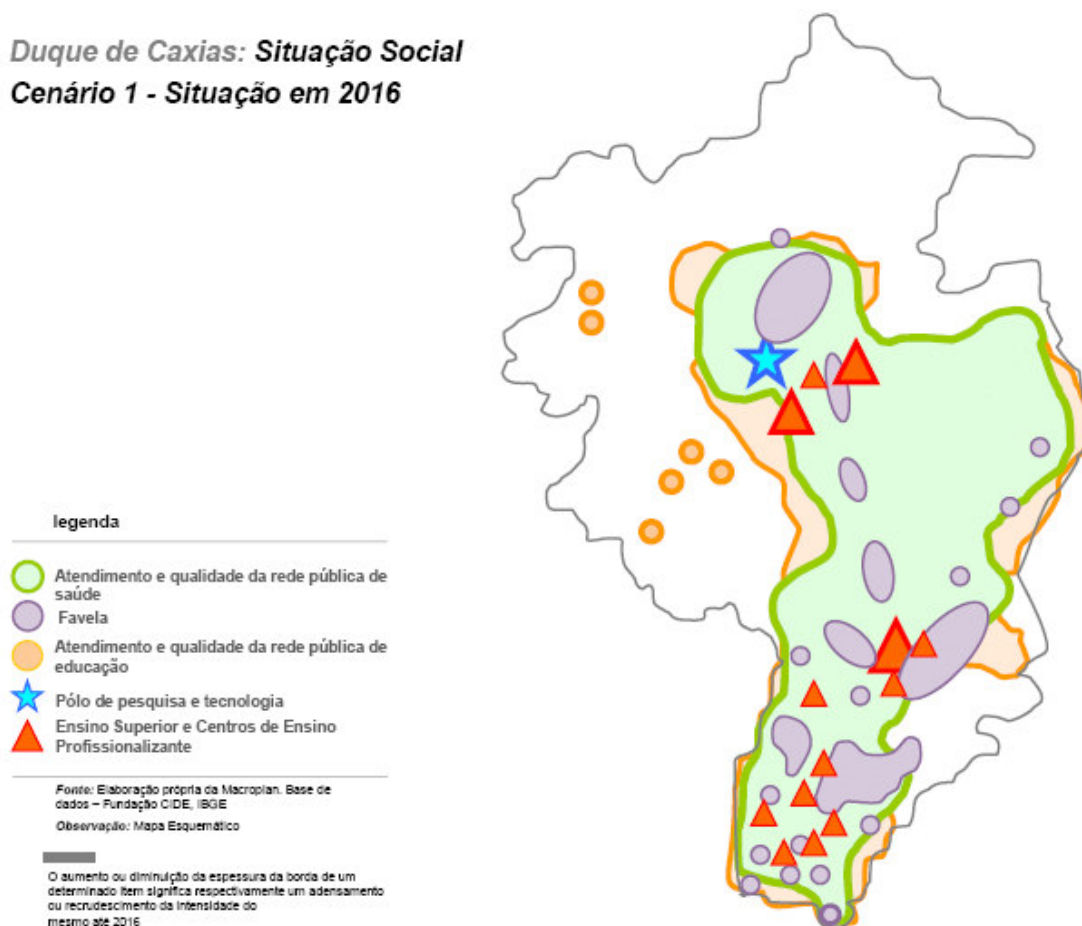


Figura 4: Situação Social para Duque de Caxias (Situação em 2016)

Pode ser observado um aumento generalizado nas três componentes do IDH-M – renda, educação e longevidade² –, que atinge a marca de 0,847 e se posiciona entre os melhores do Estado do Rio de Janeiro, se traduzindo para a população sob a forma de uma melhoria substancial da qualidade de vida em Duque de Caxias. Assim, Duque de Caxias se consolida como a “capital da Baixada” e passa a conviver com forte fluxo migratório advindo de outras cidades, gerando pressão sobre os serviços prestados dentro do município, especialmente saúde e educação.

² O IDH foi criado para medir o nível de desenvolvimento humano dos países a partir de indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (expectativa de vida ao nascer) e renda (PIB per capita). Seus valores variam de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total). Países com IDH até 0,499 são considerados de desenvolvimento humano baixo; com índices entre 0,500 e 0,799 são considerados de desenvolvimento humano médio; e com índices maiores que 0,800 são considerados de desenvolvimento humano alto. O Índice de Desenvolvimento Humano também é utilizado para aferir o nível de desenvolvimento humano em municípios, denominando-se IDH-Municipal ou IDH-M e, embora meça os mesmos fenômenos - educação, longevidade e renda, os indicadores levados em conta não são mais adequados para avaliar as condições de núcleos sociais menores.

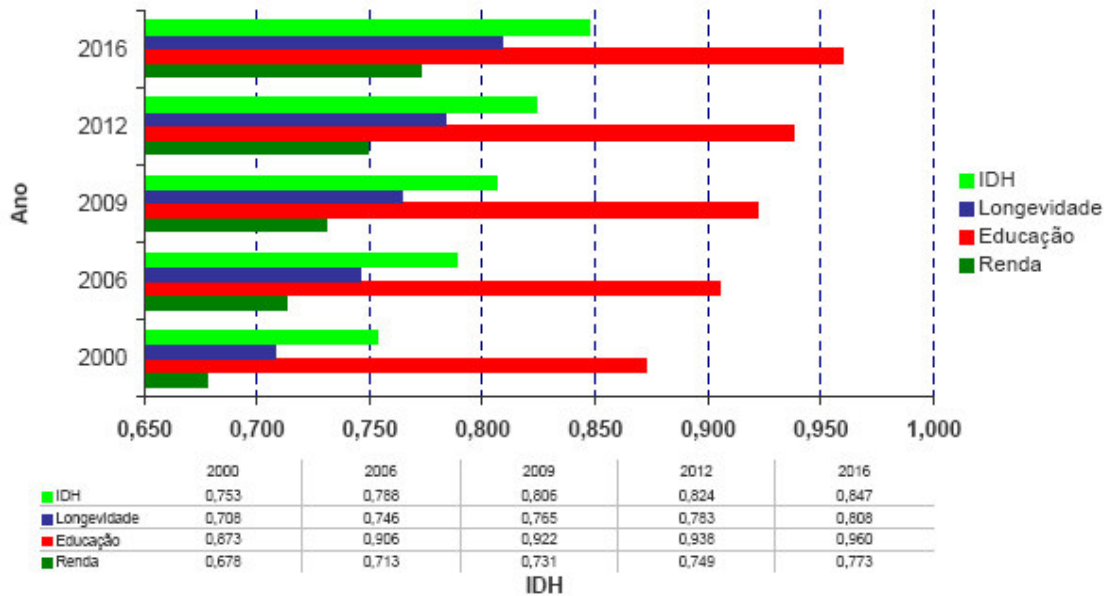


Figura 5: O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) para Duque de Caxias (Situação em 2016)

5.1.3 Moderada Recuperação e Proteção Ambiental

As melhorias referentes ao uso da água e saneamento básico, que acabam impactando positivamente sobre a saúde da população, são contrabalançadas pelo impacto ambiental-urbanístico causado pelo aumento do fluxo de veículos. Além disso, observa-se um significativo aumento das pressões antrópicas decorrentes do loteamento residencial de áreas adjacentes às reservas ambientais.

Duque de Caxias: Meio-ambiente
Cenário 1 - Situação em 2016

legenda

- Limite da área da cidade dos Meninos
- Área edificada na cidade dos Meninos
- Área edificada em Xerém
- Área edificada no entorno do Aterro Sanitário de Gramacho
- Entorno do aterro Sanitário de Gramacho
- Área sujeita a impacto ambiental devido à poluição industrial
- Manguezal
- Turismo ecológico

Fonte: Elaboração própria da Macroplan. Base de dados – Fundação CIDE, IBGE e Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro
Observação: Mapa Esquemático

O aumento ou diminuição da espessura da borda de um determinado item significa respectivamente um adensamento ou recrudescimento da intensidade do mesmo até 2016

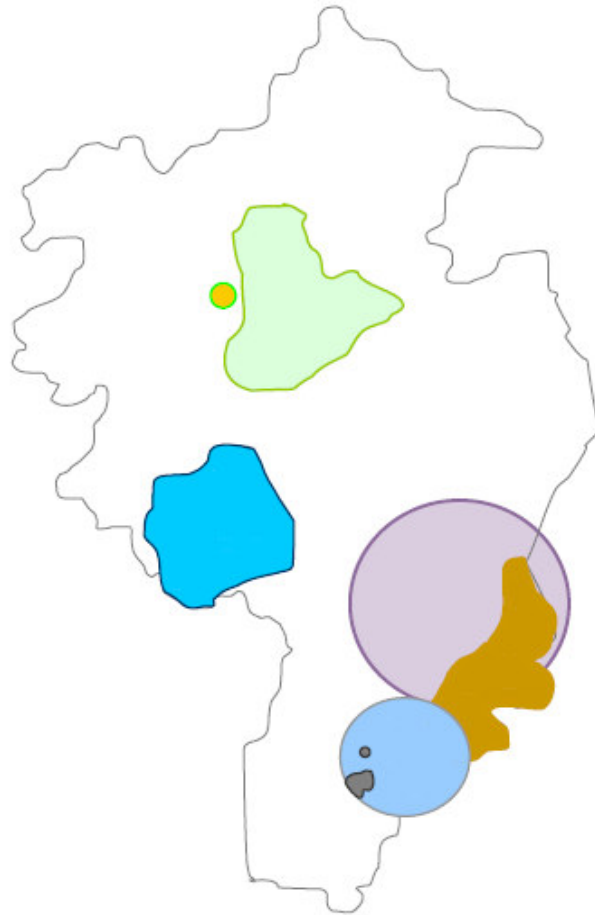


Figura 6: O Meio-ambiente em Duque de Caxias (Situação em 2016)

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho procuramos frisar o fato de não se dever tomar a convergência regional como um dado adquirido, colocando a hipótese de poder ocorrer temporariamente divergência, mesmo num cenário global de convergência. Dito de outra forma, é possível que, como defende Paul Krugman (1999), ocorra divergência regional, mesmo que posteriormente seguida de convergência. Neste sentido, quando optamos por estudar, especificamente, o desenvolvimento local e a cidadania da Cidade de Duque de Caxias, estamos desenvolvendo um cenário exploratório em assegura-se o alinhamento entre a administração estratégica definida para Duque de Caxias e a alocação dos recursos municipais.

A administração estratégica implementada pela Prefeitura Municipal de Duque de Caxias tem como norte os seguintes macro-objetivos:

1. Serviços Públicos de Qualidade

Melhorar e ampliar o atendimento ao cidadão através de serviços públicos e programas de qualidade, proporcionando melhores condições de vida para a população.

2. Crescimento e Diversificação da Economia com Geração de Emprego e Renda

Fomentar o crescimento econômico e a diversificação da estrutura produtiva local através do incentivo ao desenvolvimento de novos negócios, contribuindo para a geração de emprego e renda no município.

3. Acessibilidade e Mobilidade

Melhorar as condições de acessibilidade e mobilidade no município, com ênfase na modernização da malha viária e racionalização do sistema de transportes.

4. Altos Padrões de Urbanismo, Saneamento Básico e Habitação

Prover aos cidadãos as condições habitacionais, urbanísticas e de saneamento básico condizentes aos mais altos padrões de qualidade de vida.

5. Gestão Ambiental, Desenvolvimento Sustentável e Incentivo ao Setor Primário

Intensificar a atuação da Prefeitura na gestão do meio ambiente e no fomento ao setor primário, transformando-os em ferramentas para a conquista do desenvolvimento sustentável do município.

6. Imagem e Auto-Estima da População

Melhorar a imagem do município e a auto-estima da população através do desenvolvimento da cultura e apoio às atividades de esporte e lazer.

7. Melhorar a Gestão Pública Municipal

Melhorar a gestão pública municipal através do incremento dos níveis de eficiência e eficácia da Prefeitura.

8. Manutenção da Máquina Administrativa

Manutenção e operacionalização dos Órgãos para fazer frente às suas atividades permanentes.

Ao término deste trabalho, é importante frisar que a Economia Social se caracteriza por ter a finalidade de prestar um serviço à sociedade, por dar mais importância às pessoas que ao dinheiro, pelo funcionamento democrático e por uma autonomia de gestão frente à politização dos poderes públicos. A convergência dos diferentes enfoques da Economia Social se encontra em torno dos princípios presentes em cooperativas, mútuas, associações e organizações e que se pode resumir nas seguintes características: relações e agrupações, o que hoje se conhece como redes, livre adesão, ausência de benefício individual, desenvolvimento integral da pessoa. Como é de se esperar, a tradição, o dinamismo econômico e a capacidade de diálogo social influem na realidade da Economia Social. Em qualquer caso, as políticas públicas sobre a Economia Social e Emprego, representam um impacto positivo de forma direta, sobre o emprego no setor, ou de políticas que afetam às estruturas do setor, com efeitos indiretos sobre o emprego.

7. REFERÊNCIAS

- AMARAL FILHO, J. do. *É negócio ser pequeno, mas em grupo; desenvolvimento em debate: painéis do desenvolvimento brasileiro*. Rio de Janeiro: BNDES, 2002.
- BRITO, J. & ALBAGLI, S. *Glossário de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais*. Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (REDESIST), Rio de Janeiro, 2003.
- CASSIOLATO, J., LASTRES H. E SZAPIRO, M. *Arranjos e sistemas produtivos locais e proposições de políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico*. NT 27 - Projeto de pesquisa arranjos e sistemas produtivos locais e as novas políticas. Rio de Janeiro, 2000.
- HIRSCHMAN, Albert O. Grandeza e decadência da economia do desenvolvimento. In: _____. *A economia como ciência moral e política*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 49-80.
- KRUGMAN, Paul R. *The role of geography in development*. In.: PLESKOVIC, E.; STIGLITZ, J.E. Annual World Bank Conference on Development Economics – 1998. Washington: The World Bank, 1999.
- LAGENDIJK, A. Good practices in SME Cluster initiatives. Lessons from the ‘Core’ regions and beyond. Centre for Urban and Regional Development Studies University of Newcastle Upon Tyne. UK, 1999.
- MAILLAT, D. Les milieux innovateurs. *Sciences Humaines*, N° 8, 1995, pp. 41-42.
- _____. Innovative milieux and new generations of regional policies. *Entrepreneurship & Regional Development*, n° 10, 1998, p. 1-16.
- MÉNDEZ, R. Innovación y desarrollo territorial: algunos debates teóricos recientes. *EURE* v. 28, n° 84, Santiago, 2002.
- MYRDAL, Gunnar. *Aspectos políticos da teoria econômica*. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
- MYTELKA, L. K., FARINELLI, F. Local clusters; innovation systems and sustained competitiveness. Nota Técnica n° 5 do Projeto: Arranjos e sistemas produtivos locais e as novas políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico. Rio de Janeiro: IE/UFRJ/BNDES/FINEP/FUJB, 2000.
- PERROUX, François. *A economia do século XX*. Porto: Herder, 1967.
- PORTER, M. E. *Competição = On Competition: estratégias competitivas essenciais*. Trad. Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro; 8ª ed. Campus, 1999
- ROSENFELD, S. A. Does Cooperation Enhance Competitiveness? Assessing the Impacts of Interfilm Collaboration, *Research Policy*, vol. 24, 1996.
- _____. Bringing business clusters into the mainstream of economic development. *European Planning Studies*; Feb97, vol. 5 Issue 1, 1997, pp. 3- 21.